



RESENHA

ANDRADE, Érico. **NEGRITUDE SEM IDENTIDADE: sobre as narrativas singulares das pessoas negras**. São Paulo: n-1 edições, 2023.

Jamys Alexandre Ferreira Santos

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: santosjamys@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6052-5341>

O primeiro capítulo, *Negritude como uma experiência subjetiva: do pardo ao negro* é praticamente uma introdução ao livro e nos informa que seu objetivo principal é explicitar como o racismo impossibilita a pessoa negra de expor sua “experiência pessoal singular”, pois, diante de certo constrangimento, entende-se que a pessoa negra tece uma narrativa de si, sendo que a branquitude já instituiu esta narrativa devido àquele discurso racista de organizar às ideais de identidade, imagem e representação.

A identidade da pessoa negra é reduzida a partir de dois pontos: “uma racionalidade que força a negritude a se narrar unicamente pelos códigos e símbolos da branquitude, mediante os quais é possível se reconhecer a humanidade de uma pessoa” (Andrade, 2023, p. 25), ou seja, o discurso da negritude são códigos e símbolos impostos pela branquitude e, também, “[...] um modo ou uma racionalidade que subordina a narrativa da negritude a uma resposta – compreensivelmente reativa – às

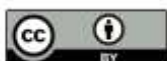


violências que lhes são impostas” (Andrade, 2023, p. 25). Então, a identidade do corpo negro, de acordo com o discurso da branquitude é passivamente aceita às imposições violentas.

O autor compreende que é necessário romper com a estrutura opressiva denominada racismo estrutural, passando por uma dissolução da identidade negra determinada pelo colonialismo e pela colonialidade. Com isso, necessita-se recuperar a singularidade da experiência de si mesmo, extinguindo modelos estipulados pelo sistema colonial. Dessa forma, abre-se possibilidade para acabar com o pacto narcísico das pessoas pardas, promovidos pelo identitarismo branco para criar divisões entre as pessoas negras. (Andrade, 2023, p. 25) Assim, entende-se que ao questionar a categoria de pardo, levando em consideração o identitarismo branco, a pessoa parda tem que compreender que “o discurso do ser negro” foi criado “pelo identitarismo branco” com fins filosóficos que se afirmou “como uma forma legítima para uma narrativa de si mesmo”. (Andrade, 2023, p. 26)

No capítulo que se segue, *Raça e Modernidade: a criação do negro na filosofia*, o autor destaca o período Moderno da filosofia e de como a investigação cartesiana parte de uma ação individual e funda um sujeito universal. Nas análises em torno das concepções de *corpo*, *alma* e *dúvida*, o autor constata que a identidade, pressupondo uma idealidade, é um fantasma, uma formatação de uma ideia sem corpo, pois, nesse caso, o pensamento comanda o corpo. Essa construção é entendida como sem sentido para muitas culturas do globo, se tornando assim apenas um “padrão identitário”. Então, esse discurso fundou a modernidade filosófica ocidental, dividindo matéria e espírito, desejo do autocontrole e atividade racional desse desejo.

Dessa forma há na filosofia esse discurso que os sujeitos não se restringem a pensar por eles mesmos, mas que vão em busca de uma identidade para delimitar, por um lado, os que usam a razão que os fazem Sujeitos e, por outro, os que se identificam com o corpo, tendo a razão como acidental (Andrade, 2023, p. 38-30).



Assim, nasce o sujeito pensante, vangloriado na cultura do ocidente moderno e, concomitantemente, o sujeito segregatório que discrimina e encontra em certos corpos uma propriedade.

Andrade informa com cuidado sua hipótese, bem como complementa que esta não é original. A proposta não é denunciar moralmente o racismo de filósofos modernos ou a rerepresentação de um racismo consolidado, mas “a produção de um pensamento racista” que se iniciou naquele período (Andrade, 2023, p. 43).

As culturas africanas são consideradas inferiores, já que as mesmas não compartilham os ideais modernos de liberdade e Estado. Andrade dedica a segunda parte do segundo capítulo a essa questão, iniciando com considerações de filósofos modernos que comparam pessoas negras – e indígenas – com animais e plantas. Assim, têm-se vários “[...] exemplos [d]e como eles parecem compor uma sinfonia macabra cuja partitura expressa a exaltação da Europa na igual proporção que diminui os valores das culturas dos povos africanos e dos povos que consideram selvagens de modo geral.” (Andrade, 2023, p. 45)

Além de algumas proposições que justificam o racismo nascente a partir da modernidade, Andrade nota que não visava “culpar ou isentar” Kant – e aí entendemos também outros filósofos do período – do seu racismo, mas de como àquelas teorias foram responsáveis pelo conceito de raça, além de que ele não pretendia “investigar em que medida pode haver uma contradição entre o universalismo kantiano e o racismo de algumas de suas teorias” (Andrade, 2023, p. 52).

Ainda no segundo capítulo, Andrade frisa que o projeto hegeliano de história ganhou sentido como uma narrativa do universal e desenvolvimento da razão, excluindo os povos africanos das análises (de Hegel): “[...] A justificativa da África não figurar no tempo é que entre as pessoas negras não haveria qualquer ‘intuição’

daquilo que ele tomava como expressão máxima da civilização e o próprio movimento histórico: o Estado na forma de um sistema racional de leis.” (Andrade, 2023, p. 62)

No tópico *Um delito de cor: a modernidade transatlântica*, Andrade, inicialmente, destaca que o sistema escravista se encerrou no Brasil devido a necessidade de estimular as pessoas negras ao ideário europeu, não sendo o fim do projeto colonial e guiou o racismo para novos contornos. Então, reforça-nos que o projeto moderno no Brasil é racista e a filosofia se perdeu nas ciências humanas em favorecimento do discurso científico, consolidado no final do século XIX na Europa. A ideia de raça é criada pela modernidade, mesmo com o fim do sistema escravista, como “dispositivo epistêmico para afiançar que certos povos jamais poderiam ser plenamente modernos.” (Andrade, 2023, p. 72).

Ao fim do tópico, entende-se o apagamento dos corpos negros no Brasil, ou melhor, a inverossimilhança de uma democracia racial no país a partir de dois pontos: 1) perseguição e criminalização da cultura negra e 2) políticas de embranquecimento – “a solução italiana”.

Pondo seguimento ao capítulo, o filósofo destaca que a modernização não excluiu o colonialismo de seu projeto assim como não alterou as condições das pessoas negras nas cidades. O projeto moderno anunciado com a Proclamação da República, via o corpo negro relacionado a “vadiagem”, a desordem e a preguiça e “as pessoas de cor seriam supostamente refratárias por se resignarem às condições precárias de vida marginalizadas como pessoas ‘completamente inertes’”. (Andrade, 2023, p. 76)

Outro ponto fundamental é a primeira Constituição da República que age como um novo fantasma para o corpo negro, tornando-o invisível com a perseguição da capoeira e das medicinas tradicionais. Dessa forma, “o Brasil que fica para trás com o avanço inexorável da modernidade; é aquele que é negro, composto

por povos indígenas e por não brancos de modo geral, visto que a eles e, sobretudo ao negro e ao indígena, é imputada a identidade do atraso”. (Andrade, 2023, p. 78)

O último tópico do capítulo, *Embranquecimento ou morte*, ainda demonstra o discurso racista da modernidade, livre do trabalho escravo, mas permanente na ideia de inferioridade das pessoas negras. Contudo, Andrade é mais objetivo ao apontar como a concepção de modernidade no Brasil é racista com autores brasileiros, além de considerar a negritude “inapta a modernidade”.

Andrade informa que o período Moderno foi um projeto colonial e instaurou uma singularidade existencial da pessoa negra que pode ser estudada pela branquitude. Essa experiência não pode ser “vivida subjetivamente [pela pessoa branca] porque aponta para uma partilha *do sensível* em que o corpo é o centro da experiência estética da racialização”. (Andrade, 2023, p. 88. Grifos do autor)

No terceiro capítulo, “O fantasma do racismo na constituição da experiência subjetiva da negritude: sofrimento, resistência e alegria”, Andrade nos faz entender como o corpo negro é visto como um fantasma pela ideia de raça. “Não se trata mais de insistir nos processos de racialização pela ótica daqueles que os financiaram, mas demonstrar como esses processos são experienciados pelas pessoas que portam no seu comum uma corporeidade negra.” (Andrade, 2023, p. 92)

Então, existe uma “experiência subjetiva da negritude”, pois, o corpo negro, no processo de racialização ou historicamente racializado, experiencia singularmente a negritude, diferente do modelo colonial que vê o corpo negro como um corpo coletivo e isso se permite a partir de três pontos: escapar a um conceito ontológico de raça; preservar o conceito de intuição das pessoas negras e entender que o corpo negro é lugar de preterimento, sem reduzir isso ao racismo. O racismo não cria uma experiência compartilhada, pois a pessoa negra produz outros sentidos e resiste à violência contra o seu corpo, como roda em torno de um centro comum, como “é a roda de capoeira, a roda de samba e a ciranda, que é a roda, como é roda de tambor de

crioula e a pomba é a que gira. Tudo em torno de uma resistência que tanto é comunitária quanto é singular” (Andrade, 2023, p. 94).

O filósofo segue informando a vulnerabilidade do corpo negro, entendida como a “imagem de um déficit humano” ou como menos humano. O corpo negro é visto como uma corporeidade que é limite no processo de sociabilização. Assim, o corpo negro se vê, devido ao racismo, como preterido e sua experiência é sempre marcada por uma falta.

Pontualmente, entendemos que as práticas cotidianas se fazem em contextos de práticas linguísticas. Assim é “uma experiência da negritude que se pauta num *ethos* ou num conjunto de vivências muito singular na história do Brasil.” (Andrade, 2023, p. 100) Andrade, sinaliza sobre a experiência de Baquaqua, um relato escrito de uma pessoa negra escravizada no Brasil.

A relevância histórica desse relato é inestimável, mas o que pretendo aqui é sublinhar como ele aponta para a prioridade estética, da experiência subjetiva de ser negro, na formação do regime de crenças a respeito da escravidão e da própria negritude. O que o relato de Baquaqua nos ensina [...] é que o regime de crenças depende também e em alguns casos da experiência corporal do sofrimento, de que a gente “entenda com a carne” (Andrade, 2023, p. 101).

A experiência do sofrimento relatada por Baquaqua possibilita um regime humanitário, não um sentir abstrato, mas lugar comum na experiência afetiva, ou melhor, o “sentir com os outros”.

Andrade segue novamente o diálogo com Merleau-Ponty e Muniz Sodré, apresentando uma relação entre a linguagem e o corpo negro, compreendendo a ginga e o movimento como vivência singular (Andrade, 2023, p. 107-8). Então, podemos perceber que o corpo confere sentido à própria experiência do seu movimento, a ginga. O ritual não é apenas a palavra dita e contemplada, mas o que performa: a experiência religiosa e a memória. A palavra não é dita na escrita, mas no gesto que na sua ação é verbo (Andrade, 2023, p. 108).



O gesto expressa uma experiência comum de sofrimento da negritude que a maioria das pessoas brancas, no processo de colonização, não habita. Como destaca o autor, na letra da música da Nação Zumbi: *De malungo para malungo. Para malungo de malungo*. Essa foi uma dimensão coletiva da própria corporeidade: um corpo condenado que subvertia a lógica colonial no seu gesto, na sua dança, no canto e, assim, destacamos, *os corpos se comunicam*: “[...] se há um elemento comum na diversidade de ritmos de negritude, muitas vezes na sua mistura com indígenas, é sua própria ginga formada num modo de comunicar uma resistência” (Andrade, 2023, p. 112).

No último capítulo, *Do Pardo ao Preto: por uma subjetividade reenegrecida e singularizada*, Andrade explica a “experiência coletiva [que] atravessa as subjetividades negras” por meio de sua própria experiência ao “tornar-se negro”, pois se autodeclarava pardo. Eis um trecho:

Na escola, a minha condição de negro vinha na forma do racismo recreativo. O gosto por aquele marrom com gosto de chocolate, era acompanhado pelas observações de que, apesar de ser negro, eu era querido. O querido vinha com o negro. Amado, a despeito da minha cor, com a qual se divertiam na forma de piadas mais ou menos agressivas. Para ser amado tinha que ser contra minha cor ou entender que ela de alguma forma era o obstáculo. Poderia ser ainda mais popular, se fosse branco. O resultado era que me escondia naquilo que meu corpo se afastava do corpo negro, esse último entendido apenas como o corpo negro retinto e de cabelo crespo. A máscara branca, propriamente dita, eu já usava (Andrade, 2023, p. 122-3).

Assim, entende-se “o pacto dos pardos” recorrentemente testemunhado em diferentes partes do país: uma “faceta contemporânea do racismo”. O autor expõe um “vexame de memória”, relatando diversos casos em que é explícito o racismo e podemos, ao menos as pessoas de pele negra, se sentir familiarizados com as palavras do pensador. Andrade, pontua como alguns protagonistas dessas histórias se acolheram em “uma das formas mais vitoriosas da colonialidade”, “um verdadeiro complexo industrial de saúde mental por meio do corretivo moral da igreja, a qual está

sempre disposta a atuar onde o Estado só existe para reprimir”: a igreja católica (Andrade, 2023, p. 126-127).

Diversas produções de pensadoras negras brasileiras, ligadas a psicanálise, o levaram a entender os processos de subjetivação das pessoas negras, pois a branquitude, o narcisismo branco, o “privilégio branco” – assim exposto em nota – se coloca no centro para determinar o que é ou não humano, o que é ou não filosofia, o que é ou não psicanálise. O autor declara que para sustentar-se como pardo era “preciso incorporar a máscara branca; menos da pele, ela restava mais negra do que branca, e mais pela adesão à cultura universal. Não bastava me vestir como branco, eu precisava me aventurar no orgulho que os brancos intelectuais guardam com maior sagacidade: a filosofia” (Andrade, 2023, p. 130).

A ideia da filosofia enquanto universal embaralha o pensamento do(a) estudante, do(a) pesquisador(a) negro(a) e é necessário extinguir a mesmidade do pensamento indígena e do pensamento negro, uma divisão histórica de negros e não negros, as vivências negras diante dos pactos intelectuais da branquitude, a sua devida aproximação da prática clínica negra. Nas palavras do autor: “[...] a experiência e a leitura das psicanalistas negras, eu abandonava efetivamente a pretensão de universalidade filosófica, não para abraçar desta feita outra universalidade, aquela que está na base da psicanálise e seus arquétipos de poder, mas para emergir na singularidade das vivências da negrura” (Andrade, 2023, p. 135).

Negritude sem Identidade necessita ser pontuado, pois Andrade frisa “evitar que a psicanálise seja cooptada como ideologia da brancura [e] é preciso realizar, esse é o meu ponto, um arrefecimento da sua pretensão de englobar todos os processos civilizatórios num mesmo quadro de subjetivação de natureza edípica” (Andrade, 2023, p. 141). No fim, Andrade, coloca que para deixar de ser pardo o indivíduo precisa “assumir que o sofrimento racial não será obstado pelo uso da máscara branca, mas imposto. Ele se impõe independentemente da minha vontade”



(Andrade, 2023, p. 143), e afirma que precisou sair de uma espécie de meritocracia, na condição sua de pardo, após emergir na vulnerabilidade da pessoa negra.

Recebido: 26 de novembro de 2024

Aceito: 22 de março de 2025

Publicado: 26 de março de 2025

